

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 13ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada à assinatura da carta de compromisso nacional pela garantia do parto seguro e respeitoso e pela redução da mortalidade materna e neonatal
- 1.2 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – REQUERIMENTOS APROVADOS

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 – ERRATA



ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/10/2021

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras da Sra. Suzanne Serruya – Palavras da Sra. Vanessa Campolina Rebello Horta – Palavras da Sra. Marcela Damásio Ribeiro de Castro – Palavras do Sr. Victor Grabois – Palavras do Deputado João Vítor Xavier – Palavras da Deputada Ana Paula Siqueira – Assinatura da Carta de Compromisso – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Ana Paula Siqueira – Bartô – Beatriz Cerqueira – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Gil Pereira – João Vítor Xavier – Professor Irineu.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à assinatura da carta de compromisso nacional pela garantia do parto seguro e respeitoso e pela redução da mortalidade maternal e neonatal, que é uma iniciativa da Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente – Sobrasp. A carta é um endossamento das diretrizes da Aliança Nacional para o Parto Seguro e Respeitoso e propõe aos signatários o compromisso de, dentro de suas competências legais, atuar para garantir os direitos de crianças e mulheres à devida assistência à saúde e à vida, considerando, dentre outros, a escolha pela Organização Mundial da Saúde do tema “Cuidado materno e neonatal seguro” para o Dia Mundial da Segurança do Paciente 2021, comemorado em 17 de setembro; a garantia de que o Estado brasileiro tenha a obrigação internacional de reduzir a mortalidade infantil e de assegurar às mulheres adequada assistência pré-natal e pós-natal, conforme o preceituado no art. 24 da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU; que o Estado brasileiro detenha o dever internacional de garantir à mulher a assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto e de assegurar-lhe nutrição adequada durante a gravidez e a lactância, a teor do previsto no art. 12 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, e que o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou a resolução em 8/7/2021 sobre mortalidade e morbidade materna evitáveis e direitos humanos, na qual urge os estados a eliminar a mortalidade e a morbidade materna.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Suzanne Serruya, diretora do Centro Latinoamericano de Perinatologia – Clap –, representando a Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde – OMS/OPAS –, que participa conosco através do Zoom; Vanessa Campolina Rebello Horta, promotora de Justiça e coordenadora regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Centro; e Marcela Damásio Ribeiro de Castro, assessora do Centro de Apoio Operacional de Saúde das Promotorias de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais – CAO-Saúde; os Exmos. Srs. Victor Grabois, presidente da Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente – Sobrasp; e deputado João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde; e a Exma. Sra. deputada Ana Paula Siqueira, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença dos Srs. Eduardo Luiz da Silva, presidente do Cosems-MG; Gerson Pianetti, membro do Conselho Federal de Farmácia, conselheiro federal por Minas Gerais; Hugo Urbano, diretor científico da Associação de Medicina Intensiva Brasileira – Amib; Thiago Bajour, membro da Associação Brasileira de Engenharia Clínica; da Sra. Waleska de Almeida Pereira, membro da Associação Brasileira de Enfermagem em Terapia Intensiva; e dos membros do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – Coren-MG –, Sra. Ana Flávia Carvalho Martins e Sr. Márcio Felipe Ramos.

Palavras da Sra. Suzanne Serruya

Bom dia! Bom dia a todas; bom dia a todos. Permitam-me cumprimentar os membros da Mesa, na pessoa da presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Ana Paula Siqueira, e na pessoa do colega Victor Grabois, que está hoje coordenando a assinatura desse pacto nacionalmente.

Senhoras e senhores, em nome da Sra. Socorro Gross, representante da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde, quero parabenizá-los pela assinatura deste pacto e em meu próprio nome como diretora do Centro Latino-Americano de Perinatologia.

Como vocês sabem, existe um compromisso das autoridades mundiais em defesa da saúde da mulher. Esse compromisso está marcado em vários documentos, eles estão dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Permitam-me recordar a todos que o primeiro indicador é o de mortalidade materna e o indicador 3.2 é o de mortalidade neonatal.

Então, no momento em que a Organização Mundial da Saúde determina que, no ano em que se comemora a questão da segurança do paciente, o tema seja o parto seguro e respeitoso, ela está falando sobre isso, sobre os nossos compromissos que estão resumidos nesses documentos, que são documentos assinados pelas autoridades nacionais dos países, os ministros e, muitas vezes, nas Nações Unidas, pelos presidentes e pelos governadores.

Infelizmente, todos nós assistimos, nos últimos 22 meses, a uma pandemia global. Nos primeiros momentos, as informações que chegavam das outras regiões não mostravam evidências de que as grávidas poderiam ter maior risco. Entretanto, um segmento mais próximo do que acontecia com as grávidas permitiu ver pequenas diferenças na morbidade, que são estatísticas que mostravam que deveríamos estar mais atentos. Em outubro de 2020, o CDC, em Atlanta, publicou o primeiro estudo em que mostrou um segmento, com uma prova estatística – vocês podem ver aí que é um número grande. Trouxe vários dados na apresentação para que fiquem como um registro para futuras consultas. É o primeiro estudo que mostra que temos diferencial na mortalidade e no recurso da respiração assistida e da ventilação.

Em seguida, tivemos uma revisão sistemática, da qual participamos – vários da Organização Mundial de Saúde –, em que mostramos que um conjunto de mulheres, aquelas que tinham morbidade prévia, aquelas que tinham mais idade, acima de 35 anos, e aquelas que tinham um conjunto de características, como obesidade ou alterações, sim, tinham mais complicações. Infelizmente, esse estudo, essa revisão mostrou também que teríamos mais prematuridade. Sabemos que a prematuridade é um problema muito importante em todos os países. Globalmente existe uma carência total de leitos neonatais e de UTIs para prematuros ou unidades de tratamento semi-intensivos. Isso, em geral, provoca uma repercussão materna. A mãe é recusada em um serviço terciário porque ele não tem o leito neonatal. Então, ela peregrina, na sua condição de alto risco, na sua condição de alteração, porque tem um parto prematuro. Em geral, vemos um desfecho muito desfavorável de uma morte perinatal e uma morte materna.

Dessa curadoria de informações e de evidências, nós acompanhávamos as notícias muito preocupantes em todas as regiões e passamos a estabelecer uma vigilância mensal, quase diária, do Clap – Centro Latino-Americano de Perinatologia, que é um centro latino-americano, ou seja, toda a região das Américas se reporta a ele –, buscando entender o que acontecia com as grávidas. Sabemos que, em um primeiro momento, o que aconteceu até agosto foi um número importante de mortes, e a gente via que o Brasil liderava esse número junto com outro país em que a morte materna por Covid passou a ser a primeira causa de mortalidade materna: o México. Mas vocês vejam aí que apenas no início da pandemia na nossa região, a região das Américas, houve mais mortes durante o período de março a agosto – a gente encontra esse número já importante.

Nós mantivemos esse segmento, e ele veio acompanhado de uma avaliação nos países em que houve a interrupção dos serviços. Nós dizíamos para as pessoas que organizavam a resposta à pandemia: “Os serviços essenciais não podem ser fechados”. O que a gente viu, infelizmente, foi uma interrupção de 40%. Então não só tivemos uma mortalidade materna relacionada às mulheres que tinham alto risco, eram obesas, tinham um IMC alto ou tinham comorbidades como asma, diabetes, principalmente, como também vimos mulheres que não tinham nenhum risco, mas que, como ficaram sem nenhuma atenção... Vocês podem ver aqui que os serviços de atenção pré-natal estiveram fechados em cerca de 40%, o que provocou então um agravamento das condições das mulheres. Aqui a gente tem que lembrar que, se a atenção básica, a atenção primária, a atenção do serviço essencial não estiver presente, seja no campo de saúde reprodutiva, seja no de planejamento familiar, toda a cadeia hospitalar, toda a regulação hospitalar, todo o encadeamento de referência não funcionam porque essa mulher não tem para onde ser direcionada. E o que a gente viu em muitos casos que auditamos foi a peregrinação de mulheres, a morte nas ambulâncias, a morte nas estradas.

Nesse próximo *slide*, a gente já vai acompanhar um dado que eu recolhi do Brasil recentemente: nós temos 30% ou 60% menos de atendimento só na Rede de Atenção Básica para o controle pré-natal.

Bom, tudo isso levou a que infelizmente a região das Américas tenha sido a região que tem registrado o maior número de mulheres grávidas mortas por Covid. A gente tem mais de 3 mil mulheres mortas e uma taxa de letalidade altíssima – eu sei que os

números estão pequenos e peço desculpas por isso, mas vou ler alguns. A taxa de letalidade regional é cerca de 1%, a taxa de letalidade do Brasil é 8,6%; a taxa de letalidade de alguns países em que a mortalidade foi alta também, como Haiti e Honduras, fica entre 5% e 6%; e a taxa de outros países onde a atenção conseguiu organizar e manter os serviços essenciais, como Estados Unidos, algumas ilhas do Caribe e Canadá, é muito baixa e abaixo da média.

Qual o significado disso em termos de excesso de morte? Em 2020, esse excesso foi mais de 16%, ou seja, no total de mortalidade materna. Infelizmente, em 2021, quando todos assistimos no Brasil e na região à terceira onda, esse excesso chegou a ser mais de 44%. Isso implicou um grande número absoluto de mortes.

Aqui nós encontramos um quadro um pouco, talvez, difícil, mostrando o número de mortes maternas por cada 100 mil nascidos vivos, em que o Brasil infelizmente é a coluna mais alta, e a letalidade disso. Aqui mostra também que, em relação ao dado anterior – é o pontinho vermelho –, nós ultrapassamos muitíssimo a razão anterior. E é sobre isso que eu vou explicar um pouquinho para vocês, em termos de impacto.

Nesse próximo *slide* o que a gente vê é que o número cumulativo por mês que nos dava uma ideia da gravidade – e naturalmente coincidia com as ondas – chegou a ser de 2.619. Agora nós estamos em 3 mil e tivemos um grande pico no primeiro semestre deste ano de 2021.

Em termos de Brasil, a gente tem, registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade – esses *slides* foram gentilmente cedidos pela Dra. Raquel, da Secretaria de Vigilância –, no primeiro ano, cerca de 400 mortes maternas registradas e confirmadas, e, no segundo ano, 522. Mas, por favor, olhem a tabela ao lado: nós temos mais de 12 mil mortes de mulheres em idade fértil. As pessoas que conhecem o tema sabem que obrigatoriamente não fechamos o ano de estatística sobre mortalidade materna sem revisar os óbitos de mulheres em idade fértil, porque muitas vezes essa mulher... O que passou muitas vezes no Brasil e a gente viu? Pela situação que eu contei da prematuridade e pelas próprias condições hospitalares, onde existia a UTI, não existia alguém com capacidade de realizar uma cesárea. Era realizada uma cesárea, e a mulher ia para uma UTI Covid, vamos chamar assim. Nessa UTI Covid-19, essa mulher acabava falecendo por múltiplas situações: por uma septicemia, falência ou a própria Covid. E esse registro não tomava mais em conta que ela estava no período da mortalidade materna, de 42 dias.

Então vocês veem que os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade brasileiro têm menos 30% das mortes que tem registrado na Opas, por quê? Porque nós tomamos todas, e antes mesmo de todas essas confirmações. A gente vai ver que, no primeiro e no segundo semestres, tivemos uns óbitos maternos, em números absolutos, maiores, primeiro, no Nordeste e, em seguida, no Sudeste, mas em números proporcionais. Em números absolutos, sempre pela proporção, pela ponderação necessária da população do Sudeste, a gente viu que, em todas as regiões, aumentou a mortalidade materna. Igualmente os óbitos de mulheres de idade fértil. Hoje a gente tem a Região Sudeste liderando essa amostra. Eu lembro a vocês que é entre 15 a 49 anos. São mulheres extremamente jovens e, em geral, com boa saúde e muitas delas podem ser morte materna.

A incumbência que me pediram em função de estarmos hoje assinando esse pacto e lutando para que ele seja um procedimento seguro, no mês comemorativo da segurança do paciente, é pensar que intervenções os estados, os municípios, o País deve fazer? O primeiro é: nós precisamos manter as medidas de proteção e prevenção da infecção. Não é momento de terminar o distanciamento social, muito menos o uso da máscara. Hoje os estudos mais novos... Recentemente, ontem, saiu que, se há uma coisa que você não deve dividir com ninguém, é o ar. Se você está num ambiente fechado, use a máscara ainda que todos estejam vacinados. Os ambientes fechados não são ambientes para aglomeração.

A segunda é que nós temos que trabalhar para que os serviços essenciais sejam seguros, que as mulheres voltem ao pré-natal, que tenham condições; além disso, que o trabalho comunitário, o trabalho da atenção primária chegue a essa mulher. Eu diria aqui que é importantíssimo, neste momento, retomar as medidas de planejamento familiar como eu vou mostrar em seguida. E o mais importante: apesar de a vacinação já ser uma recomendação nas Américas – uma vacinação que não vai só para as mulheres com

comorbidades, mas para todas as mulheres em qualquer momento do pré-natal –, a gente tem menos de 30% de mulheres grávidas vacinadas na região; no Brasil, eu não tenho esse número exato, mas, sim, na região.

O que a gente, o Clap, estamos fazendo desde o momento que começou a pandemia? Nós criamos – e estão em português, de maneira gratuita, no *campus* virtual, com possibilidade de tutorias presenciais – duas intervenções de contracepção. Eu não vou entrar em detalhe, dado o momento. Existe também um trabalho e um curso para qualquer profissional. Hoje temos mais de 20 mil pessoas acessando os dois primeiros cursos, 20 mil para o trato materno respeitoso; e estamos trabalhando com os colegas da área de serviço para que – eu também já citei isso – as redes integradas dos serviços de saúde alcancem essa mulher no seu lugar de origem, principalmente. E aqui estou falando das mulheres mais pobres, das mulheres que, às vezes, não têm dinheiro de ônibus para ir até a unidade de saúde, das mulheres que estão nas regiões mais remotas ou (– Falha na transmissão do áudio.) das meninas adolescentes. É necessário fortalecer a atenção primária para que a rede integrada possa funcionar. Ainda assim me lembro de várias intervenções. Aí existe um conjunto de intervenções que estão dentro hoje do *campus* virtual, mostrando como usar e como implementar e – mais importante – fazer a vigilância da mortalidade e da morbidade. Foi graças a isso que a região das Américas conseguiu avisar aos países: “Sim, as grávidas têm que ser priorizadas; sim, os recém-nascidos têm que ser priorizados”. Abaixo de vocês há alguns números do que nós estamos fazendo na região.

Mas eu queria chamar a atenção para a possibilidade de registrar em cada um dos serviços. Nós temos um sistema totalmente gratuito que pode ser usado no celular, no *tablet*, que qualquer serviço pode baixar e que tem uma planilha, um formulário específico para a Covid. Nós o implementamos em toda a região; e ele possibilitou, em muitos serviços, que nós conseguíssemos, com a informação na mão e na hora, ter intervenções mais efetivas.

Por fim, eu queria mostrar para vocês que – voltando ao primeiro *slide* –, os nossos compromissos globais são... Os nascimentos devem estar em serviço de saúde com um pessoal qualificado. Em 2019, nós tínhamos 31 países com 90% de cobertura na atenção do parto; em 2021, nós temos apenas 7 com 90%. Vamos ter que trabalhar o dobro. Vocês veem que essa curva mostra que, entre 2019, 2020 e 2021, tivemos um descenso gigante do que é esse indicador. Vamos ter que acelerar o cuidado e o investimento nessa área.

O último *slide* mostra um outro indicador: o de mortalidade materna. Infelizmente, se a gente continuar mantendo a velocidade de recuperação desse indicador, menos de dois países na região cumprirão suas metas em 2030. E, na nossa região em específico, somente três países chegarão a menos de 30%. A gente busca a ideia de que todos os países cheguem a 35%, perdão, a 35 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos. Como vocês veem, infelizmente, se criou uma curva, uma curva extremamente desfavorável que nos trouxe para números de décadas passadas. Nós retrocedemos, no mínimo, uma década em termos dos dois indicadores, que são os indicadores dos objetivos do desenvolvimento sustentável e que são os indicadores que todos os países têm: atenção com pessoal qualificado e mortalidade materna.

Por fim, eu queria dizer que o Centro Latino-Americano de Perinatologia, a Organização Pan-Americana de Saúde, a Dra. Socorro Gross e eu mesma estamos muito felizes por ver este movimento dentro do Legislativo de um Estado tão importante como é Minas Gerais, aderindo a um pacto que pode, de fato, conseguir não só alcançar os objetivos, como também salvar a vida de muitas mulheres em nosso país. Muito obrigada.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras da Sra. Vanessa Campolina Rebello Horta

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento a Mesa, o Exmo. Sr. deputado Agostinho Patrus, Sr. presidente; cumprimento a Exma. Sra. deputada Ana Paula Siqueira e, na sua pessoa, cumprimento todas as mulheres e cidadãs aqui presentes, as deputadas; cumprimento a Sra. Suzanne Serruya e agradeço essa brilhante apresentação; cumprimento o Exmo. Sr. deputado João Vítor Xavier e também o Sr. Víctor Grabois.

Gostaria, primeiramente, de parabenizar a iniciativa desse pacto que eu acho que é um marco muito importante para todas as mulheres do Estado de Minas Gerais. Gostaria de convidar também a Dra. Marcela Damásio, que é nossa assessora do CAO-Saúde, médica pediatra, neurologista, bacharel em direito, porque vamos compartilhar essa apresentação.

Eu gostaria de falar um pouco da atuação do Ministério Público na atenção primária à saúde, no enfrentamento à mortalidade materno-infantil e de como nós chegamos a esse importante tema. Dentro do Ministério Público, nós temos um planejamento estratégico, que é dividido num plano estratégico e que contém macro-objetivos dentro de cada área de atuação do Ministério Público. Também temos um plano geral de atuação. Temos objetivos de curto prazo, aproximadamente um ano, como um desmembramento desse plano estratégico.

Os promotores de justiça, cada um na sua comarca, têm a sua independência funcional. O que nós fazemos como coordenadoria é prestar apoio a esses promotores de justiça para trabalhar naquele tema específico – no nosso caso, a saúde – e fomentá-los a aderirem ao plano geral de atuação, a trabalharem dentro daquele tema que nós conjuntamente desenvolvemos e entendemos como relevante para o Ministério Público.

Em 2021, nós elegemos um tema muito caro para a saúde, que é o tema da atenção primária à saúde. Depois – a Dra. Marcela vai falar um pouco disso também – nós tivemos um desmembramento desse tema, que foi o enfrentamento da mortalidade materno-infantil, que, por hora, está centrado em algumas regiões específicas, conforme a Dra. Marcela vai explanar. Mas o objetivo realmente é fazer a ampliação.

Muitas vezes a atuação do Ministério Público, do sistema de Justiça na saúde recebe algumas críticas no sentido de que nos concentramos em direitos individuais ou então um pouco mais na alta complexidade, em medicamentos de alto custo, e, às vezes, isso pode gerar alguns problemas para a saúde. Então, o objetivo do Plano Geral de Atuação do Ministério Público com a atenção primária à saúde é estimular uma atuação de caráter coletivo e estruturante no Sistema Único de Saúde. Esse segundo *slide* é só para mostrar um pouco alguns temas em que estamos trabalhando, o nosso roteiro de atuação do CAO-Saúde e como esse tema da atenção primária à saúde veio se acoplar ao tema do enfrentamento à mortalidade materno-infantil.

O Ministério Público foi convidado para compor o Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de Minas Gerais, que é muito importante e que trabalha com a investigação sanitária dos óbitos, com o objetivo de identificar as necessidades de saúde e as respostas a essas demandas. Ao fazer parte desse comitê, já tínhamos o nosso plano geral de atuação na atenção primária à saúde – vamos falar dele um pouco mais. Nós tivemos os relatórios de mortalidade materna e de mortalidade infantil. Foi um tema que sensibilizou muito o Ministério Público, primeiro pelo conteúdo, pelos números e também pela desigualdade, pela disparidade que nós temos dentro do Estado de Minas Gerais – a Dra. Marcela também vai trazer dados mais específicos – e principalmente em algumas regiões; a primeira que nos chamou a atenção foi Valadares, depois Teófilo Otôni. Então, baseados nesses relatórios e como já tínhamos, como plano geral de atuação, a atenção primária à saúde, nós decidimos fazer um braço desse plano geral voltado para o enfrentamento da mortalidade materno-infantil.

Aqui nós temos alguns dados que nos chocam: 64% das mortes de crianças com menos de 1 ano em Minas Gerais ocorrem por causas evitáveis; 91% das mortes maternas em Minas Gerais ocorrem por causas evitáveis ou potencialmente evitáveis. Esses dados são de 2019. O nosso coordenador do CAO-Saúde, o Dr. Luciano, costuma dizer que essas mortes evitáveis não são fatalidades. Nós não estamos aqui falando de gravidez de alto risco, não estamos falando de complicações mais sérias. Não, nós estamos falando claramente de graves violações de direito. Essas mortes ocorrem por graves violações de direito, porque o sistema falha – o sistema é falho. E essa falha no sistema vem causando a morte de diversas mães, mulheres jovens, cuidadoras, que deixam famílias, deixam seus filhos órfãos. E mais, a morte de crianças. Nós estamos perdendo crianças, perdendo mulheres por graves violações de direito, e isso para nós é muito grave, isso toca muito o Ministério Público.

E aí um pouco de como nós fizemos a junção desses temas, não é? Dentro do nosso planejamento estratégico, nós temos alguns temas que são amplos, e o primeiro deles é sobre contribuir para o fortalecimento e a expansão da rede de atenção básica em saúde.

A Sra. Suzanne chamou a atenção para o fortalecimento da atenção básica. E, dentro desse primeiro tema, nós temos a promoção de ações para regular o funcionamento de equipamentos da atenção básica e a avaliação da composição dessas equipes de atenção básica de saúde. São temas aparentemente simples, muito básicos, mas nós resolvemos centrar neles. E por quê?

Esse *slide* traz essa pirâmide apenas simbólica, só para a gente representar assim: por que a atenção primária à saúde? Por que estamos falando disso? A nossa Constituição, no SUS, fala de hierarquização, não é? Na verdade, essa pirâmide é mais para poder demonstrar. E aí trouxemos um destaque para a atenção primária. Por que é tão importante a gente centrar nela?

Normalmente uma atenção primária à saúde que funciona bem é capaz de atender de 80 a 85% da necessidade da população. Então uma atenção primária funcionando muito bem evita que o cidadão e a cidadã precisem entrar nos outros níveis de atenção. Evita internação, evita hospitalização, e é o nível que vai atender a maior parte das condições de saúde. Você não precisa de uma doença, de um agravo, para ter atenção primária à saúde; pelo contrário. Esse é um atendimento que pode ser individualizado, pode ser familiar, as equipes de saúde da família estão próximas daquelas cidadãs e daqueles cidadãos que estão naquele território.

A ideia é se ter o cuidado longitudinal; não é focado só no individual, mas no familiar também. E essa equipe de saúde da família vai ser proativa, atuando independentemente da doença ou não; vai atuar naquele território para melhorar os índices daquele território, não é? Trabalha-se basicamente com UBS e equipes de saúde da família. Ela tem a função de filtro também; de coordenadora do cuidado e de filtro. É cuidar das pessoas e evitar que elas cheguem aos demais níveis de atenção, que necessitem de internação, de hospitalização.

Os países que têm uma atenção primária resolutiva conseguem diminuir os custos globais com a saúde. Foi dentro desse quadro que nós começamos a desenhar o plano geral de atuação do Ministério Público, fazendo um recorte na saúde da família dentro da APS, que é uma estratégia prioritária no Ministério da Saúde, e os objetivos desse plano geral de atuação são simples. Trata-se de conseguir equipes completas de saúde da família, com profissionais efetivamente disponíveis.

O Ministério Público tem uma capilaridade muito grande; os promotores de justiça estão na ponta, estão nas comarcas trabalhando. E, trabalhando somente com saúde, temos aproximadamente trezentos promotores de justiça. Então a ideia desse plano geral de atuação é fazer com que os promotores façam um diagnóstico das equipes de saúde da família, requisitando informações de forma estruturada, de forma a comparar as equipes de saúde da família que estão habilitadas no Ministério da Saúde, ou seja, se o gestor vem recebendo a verba, quais profissionais compõem aquela equipe.

Sabemos que muitos desses dados constam no cadastro, no Cnes, mas sabemos também que muitas vezes esse cadastro não corresponde à realidade local. Então o objetivo é fazer uma comparação e verificar o que temos na realidade e o que temos no cadastro.

Esta pandemia nos mostrou quão importantes são esses cadastros e, ao mesmo tempo, como eles estão falhos. Então, se houver equipes incompletas, nós vamos instar o gestor a completar essas equipes, propondo um prazo adequado para que consiga fazer a contratação desses profissionais. Isso porque muitas vezes a equipe está habilitada, mas não está completa. Se o gestor completar a equipe, sanar as irregularidades, o procedimento do promotor vai ser arquivado. A proposta é que se façam inspeções, que se façam audiências públicas. Aí, somente se não houver essa conduta resolutiva do gestor, haverá medidas mais incisivas, mas o objetivo do Ministério Público é justamente atuar na base para que possamos permitir essa melhora da APS, sem substituir o gestor, fazendo propostas efetivas para que essas equipes possam estar completas, possam estar cadastradas no Cnes, para que esses profissionais possam ter os seus horários respeitados de trabalho.

Só ilustrando uma forma como os promotores trabalham na ponta, que é a instauração de procedimentos, requisição de informações. Sugerem-se também inspeções, audiências públicas. Caso sejam identificadas algumas irregularidades, recomendações. Se realmente não conseguirmos resolver, há a instauração de inquérito civil, termo de ajustamento de conduta ou ação civil pública.

Então, é dessa forma que o Ministério Público vem atuando na atenção primária. É justamente fazendo a junção dessa atuação, que já tínhamos na atenção primária, com os relatórios de mortalidade materno-infantil que foram publicados pelo comitê, e com dados muito graves que temos, e uma disparidade, uma desigualdade grande, dentro do nosso Estado de Minas Gerais, é que o Ministério Público juntou essa atuação na atenção primária à saúde com o enfrentamento da mortalidade materno-infantil, especialmente, por ora, em algumas regiões que encontramos desigualdades mais profundas, começando por Governador Valadares e Teófilo Otôni.

Agora chamo minha colega, Dra. Marcela para continuar a nossa explanação.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras da Sra. Marcela Damásio Ribeiro de Castro

Bom dia. Primeiro queria agradecer a oportunidade de estar aqui falando sobre uma coisa que, na verdade, é um projeto de vida. Sou médica há 36 anos, pediatra, e atuo nesse esforço pela redução da mortalidade materno-infantil, especialmente da infantil no meu caso, mas a materna vem junto.

É com muita alegria que vejo o Ministério Público usando a sua respeitabilidade, a sua capilaridade para atuar de forma a promover uma convergência de forças nessa que é a uma causa que está cima do bem e do mal, porque reduzir a mortalidade materna, reduzir a mortalidade infantil é um dever de todos, de todos que, de alguma maneira, tenham alguma atribuição com o futuro dessa sociedade, deste país. Embora isso seja meio clichê, costume falar que, depois de um ano e meio de pandemia em que escutamos falar de mortes todos os dias, falar de vida de mães e falar de vida de crianças é como um sopro de esperança, e estamos precisando desse sopro de esperança.

Então, o Ministério Público acertadamente está atuando, através plano geral de atuação, como um catalisador de forças, sem querer substituir nenhum órgão, nenhuma instituição, nenhuma entidade, mas um catalisador de forças para formar isso que chamamos de pacto mineiro pela redução da mortalidade materno-infantil.

Começamos a nossa atuação em função dos dados que foram mostrados pelo Comitê de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de Minas Gerais – a presidente deste comitê, Dra. Regina Aguiar, inclusive, está nos acompanhando –, que publicou o relatório referente aos dados de 2019. E são esses aí os dados que o relatório nos mostrou. Mostrou-nos o quê? Mostrou-nos que, infelizmente, o nosso estado tem índices de mortalidade, indicadores de mortalidade materno-infantil extremamente desiguais.

Então, se pegarmos aí a mortalidade materna, veremos que, na região de Governador Valadares, a razão de mortalidade materna gira em torno de 88 para cada 100 mil nascidos vivos, enquanto que, em Patos de Minas, ela é de 23 para cada 100 mil nascidos vivos. Se pegarmos a taxa de mortalidade infantil, que é o outro gráfico, veremos que a região de Teófilo Otôni tem uma mortalidade infantil em torno de 15 para cada mil nascidos vivos, enquanto Pouso Alegre tem uma mortalidade infantil de 8. Isso é dentro do nosso estado; é como se a geografia fosse determinante na perspectiva de sobrevivência de um bebê à gestação e ao parto. Isso não é razoável, isso simplesmente não é razoável. E pior ainda: dessas mortes, a evitabilidade, como a Dra. Vanessa falou... Uma morte evitável não é uma fatalidade, uma morte evitável é uma violação de direito. Em algum momento, há uma falha, uma falha que nós vamos ver que – daqui a pouco eu vou mostrar um *slide* – acontece em diversos momentos, mas que, se formos capazes de interpor um obstáculo em qualquer um desses momentos, pode ser evitada, não é? E a gente tem que, dentro da morte materna, 91% são evitáveis ou potencialmente evitáveis; e, na mortalidade infantil, 65% são evitáveis.

E aí temos um outro dado que nos dói o coração: se a geografia é causa de morte no nosso estado, a etnia também é causa de morte no nosso estado, não é? Então, a mortalidade é muito maior entre as gestantes negras, entre as gestantes indígenas – de novo uma violação de direitos. E por que a gente avalia mortalidade materna? E estamos falando desse momento de mortalidade materna. Por que nos interessa saber quem morreu, onde morreu, por que morreu? Isso só faz sentido se formos capazes de criar atitudes que reduzam essa mortalidade, que promovam a qualidade lá na ponta, onde a gestante está, seja onde ela estiver: numa comunidade indígena, numa comunidade quilombola, numa comunidade maxacali, numa favela, nas melhores regiões do Estado.

Esse é o nosso papel, e infelizmente para todos aqueles que acompanham esses dados anualmente a Covid representou um enorme retrocesso, um retrocesso do qual a gente precisa não apenas saber, mas do qual a gente precisa se envergonhar; se envergonhar para que a gente possa fazer alguma coisa. Esses são os dados ainda parciais a serem confirmados, mas já há projeções de que a Covid vai levar nossa mortalidade materna para três dígitos. Na Organização Mundial de Saúde, os Objetivos do Milênio preveem para o Brasil uma mortalidade materna que eu diria que não é totalmente vergonhosa de 40. Agora, três dígitos? Isso é um absurdo, é pior do que inúmeros países da África subsaariana; quer dizer, como sociedade, a gente precisa se mobilizar, e foi exatamente isso que o Ministério Público começou a fazer, não é?

E do que morrem as nossas mães? Quais são essas mortes evitáveis? Existem inúmeros projetos já em desenvolvimento pela Opas, pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado de Saúde para a prevenção dessas mortes evitáveis. Quando a gente fala em morte evitável, a gente está falando de coisas que para um médico são – e eu costumo usar um termo que às vezes assusta as pessoas – medievais. As nossas taxas de sífilis congênita hoje estão crescendo; doenças potencialmente evitáveis por vacinação estão crescendo; a desnutrição está crescendo; a insegurança alimentar está crescendo. Então, é necessário um pacto da sociedade nesse sentido.

E quando a gente fala em morte materna, como já bem falou a colega da Opas, a gente está falando de quê? De mulheres jovens. Uma mulher em idade fértil é uma mulher jovem com potencial. E mais do que isso, na nossa sociedade, as mulheres são as cuidadoras, elas cuidam dos idosos, elas cuidam das crianças, elas cuidam dos deficientes. Então, a ausência dessa mãe desestrutura uma família, desestrutura uma comunidade, desestrutura uma sociedade. Isso precisa ser trabalhado de forma transparente, franca e corajosa. E pior: quando a gente fala em mortalidade, a gente fala no óbito. Mas o óbito nem sempre é o único evento que envolve esse problema, porque muitas dessas mulheres sobrevivem. Eu falo que o óbito é a ponta do *iceberg*; na parte submersa a gente tem os sobreviventes e, muitas vezes, sobreviventes sequelados, incapacitados para manter aquele trabalho árduo que é o de trabalhar, de cuidar, de zelar de uma família.

Então é absolutamente necessário enfrentar essa questão. E o Ministério Público, de forma muito sábia, resolveu enfrentá-la como? Promovendo atenção primária e os cuidados pré-natais. De forma a garantir o quê? Que cada gestante tenha seis consultas de pré-natal, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação. E nós todos sabemos por que isso é importante: porque várias doenças que afetam as grávidas, como a pré-eclâmpsia, por exemplo, acontecem até aquele momento. Então, garantir que as equipes de atenção primária estejam completas e que haja uma captação ativa dessa gestante para que ela, de fato, seja inserida no pré-natal precocemente vai ter o impacto evidente sobre a mortalidade materna e também sobre a mortalidade infantil, porque o cuidado de qualidade no pré-natal vai ter impacto na redução da prematuridade, da asfixia perinatal e de outras afecções perinatais que impactam na nossa mortalidade infantil.

Às vezes eu falo: “Gente, é uma coisa tão singela garantir que as equipes de pré-natal estejam completas e que cada gestante tenha seis consultas”. Mas talvez alguns de vocês aqui se lembrem da Dra. Zilda Arns e da campanha de reidratação com o soro. Não parecia uma coisa tão singela 1 litro de água, 5gr de açúcar e 3gr de sal? Quantas vidas foram salvas! Então, seis consultas de pré-natal vão salvar mães, vão salvar bebês e evitar as sequelas da prematuridade, da asfixia, da sífilis.

Em relação à mortalidade infantil, como pediatra, eu vi o esforço que o País fez e com sucesso. Somos capazes de fazer política pública e atuações que promovam o bem-estar da sociedade. A redução da mortalidade infantil, nos últimos 40 anos, é prova disso: conseguimos reduzir. No entanto, hoje mudamos o perfil da nossa mortalidade infantil. Hoje a maior componente da mortalidade infantil está concentrada onde? Está concentrada nos primeiros 27 dias de vida; é a mortalidade neonatal. Portanto, é lógico que a melhoria na qualidade do pré-natal impacte na sobrevivência dos bebês, porque a morte nos primeiros 28 dias de vida está diretamente relacionada a questões da gestação e do parto. Sendo assim, estamos perfeitamente em convergência com essa carta de compromisso pelo parto seguro, pelo parto respeitoso, pela redução da mortalidade materna e infantil.

Novamente: 64% das mortes de crianças são evitáveis. Isso é um chamamento para a ação, um chamamento de todos nós para a ação. E de novo, infelizmente, eis aí a projeção para a nossa mortalidade de 2020. Como pediatra, nos últimos 30 anos, nós celebramos praticamente todos os anos a redução da mortalidade infantil. A gente não tem o que comemorar este ano, mas o fato de não ter o que comemorar é um desafio, não é mesmo? E acho que um desafio que este encontro se propõe a fazer é enfrentar e voltar essa curva para baixo, no sentido de reduzirmos não apenas a mortalidade infantil mas também as desigualdades que essa mortalidade reflete em termos de etnia novamente, em termos de região novamente, em termos de posição social quando sabemos que a mortalidade afeta muito mais aquelas crianças que foram geradas por mães com baixa escolaridade; e, de novo, a mortalidade concentrada nos primeiros 28 dias de vida.

Portanto a atuação na qualidade do pré-natal, do parto seguro é, de fato, uma opção acertada. E aí a gente sabe que 70% dessas mortes neonatais ocorrem por causas evitáveis e simultaneamente que elas são sensíveis à melhoria da qualidade do pré-natal. É o que mostra esse gráfico exatamente na faixa amarela. Ao melhorar o pré-natal, nós não estamos protegendo apenas as mães mas também as nossas crianças. E por que é tão importante proteger as nossas crianças? De novo, aqui vem um clichê. Esse é o nosso capital humano, não é? Sabemos que os primeiros mil dias de vida... Esses mil dias de vida vão da concepção até dois anos. É muito interessante, porque são os 9 meses de gestação, os 270 dias, mais duas vezes 365. Eles são o que a gente chama de uma janela de oportunidade; é quando o cérebro está mais capaz de se organizar, de se multiplicar e de garantir o quê? Habilidades que são indispensáveis para uma vida produtiva. Então, é interesse de toda a sociedade que essa criança seja prestigiada, seja protegida nesses primeiros mil dias de vida.

Então, o Ministério Público esteve lá com os índios maxacalis, na região de Teófilo Otôni, na semana passada. Qual é o maior problema? O maior problema é a segurança alimentar; segurança alimentar das 400 crianças indígenas que vivem lá. Quer dizer, não é razoável que, num País que se coloca no nível de riqueza do nosso, até hoje a gente ainda tenha de falar sobre isso. Essa janela de oportunidade vai garantir o quê? Ela vai garantir futuro; futuro não só para o indivíduo mas também para a família, para a comunidade, porque sabemos perfeitamente bem – e eu atendi, como neurologista, no SUS durante 30 anos – que uma criança com deficiência vai promover, naquela família onde vive, um enorme esforço dessa mãe para ser capaz de cuidar e trabalhar; vai exigir do sistema de saúde também um enorme esforço em termos de reabilitação, de cirurgias. Essa criança... O próprio fato da deficiência por causas evitáveis – estamos falando de causas evitáveis – tem um impacto na sua vida pessoal. Ela vai enfrentar dificuldades, muito mais dificuldades; e nós todos sabemos disso. Isso precisa ser mensurado, precisa ser qualificado exatamente para que possamos proporcionar a essas crianças e às suas famílias condições dignas de vida, de produtividade, de inserção. E aí novamente a questão da falha. Falhamos em inúmeros momentos – falhamos desde a disponibilidade do acesso, falhamos nos fluxos, falhamos na segurança do paciente –, mas intervenções, em qualquer momento, podem evitar uma morte evitável. É necessário que façamos um investimento nas condições socioeconômicas, na capacitação profissional, nas políticas de saúde. Garantir acesso com qualidade ao planejamento reprodutivo, à assistência pré-natal, à assistência ao parto representa ações essenciais no combate à mortalidade tanto infantil quanto materna. É exatamente essa a proposta do Plano Geral de Atuação do Ministério Público, que começou nessas duas regiões, Governador Valadares e Teófilo Otôni, mas que pretendemos expandir para as demais regiões do Estado, de forma que o Ministério

Público atue como um catalisador de força, de energia, entre as instituições envolvidas, entre as pessoas envolvidas e comprometidas com a causa da redução da mortalidade materno-infantil.

E hoje a gente já tem inúmeras instituições nos apoiando, como o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde, o CRM, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Sociedade Mineira de Pediatria, o Cosems. A gente espera que esse pacto dê frutos e que, daqui a um ano, a gente possa estar aqui de volta para comemorar números menos constrangedores para todos nós, como cidadãos. Muito obrigada.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Victor Grabois

Bom dia a todas e a todos. Eu quero dizer muito da minha emoção e satisfação de estar aqui no dia de hoje.

Só para me apresentar rapidamente, meu nome é Victor Grabois. Eu sou médico. Fui pediatra e sou médico sanitaria. Sou um pesquisador na Fundação Oswaldo Cruz e presidente da Sobrasp, que é uma sociedade técnico-científica multiprofissional, dedicada à qualidade do cuidado e à segurança do paciente.

Em primeiro lugar, gostaria muito de agradecer, agradecer diretamente à nossa querida Mara Moura, que vem representando, com muita galhardia, a Sobrasp, no Estado de Minas Gerais. Mara, que é da santa casa aqui de Belo Horizonte, intermediou e fez toda essa conversa com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quero agradecer ao presidente da Assembleia e ao deputado João Vítor Xavier por esta sessão tão especial. Também é um prazer conhecer a deputada Ana Paula, cuja comissão também se relaciona diretamente com este tema. Quero também cumprimentar a nossa promotora Vanessa Campolina Rebello Horta, representando o Ministério Público de Minas Gerais, e também a Dra. Suzanne Jacob Serruya, que neste ato representou a Organização Pan-Americana de Saúde.

Hoje é um dia importante. Eu quero parabenizar as duas apresentações que me antecederam porque elas foram muito ricas. Foram muito ricas de dados e informações, informações essas que de fato não nos orgulham por um lado, mas elas são completamente fundamentais no sentido de direcionar a nossa atuação.

Acho que nós estamos lidando com o problema da mortalidade materna e neonatal, um problema grave no mundo, e um problema bastante grave no Brasil. Acho que, antes de tudo – e os números já foram citados – quero dizer que nós estamos lidando, em boa parte dessas mortes, em boa parte desses óbitos, com um quadro evitável. Se o Brasil hoje... Enfim, o último número que a gente tem é o número de 2019: 59 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. E a projeção já foi dada claramente, com certeza, em 2020 e 2021, muito também por conta da pandemia e por todos os atrasos e dificuldades para a atenção pré-natal e para o parto também decorrentes da pandemia. A gente vai alcançar, com certeza, os chamados três dígitos, enfim, um número acima de 100 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos.

Acho que já foi exposto, mas eu acho que vale a pena reafirmar: essa razão de mortalidade materna é uma média, o que significa que a gente vai ter cidades, bairros, estados com números europeus. Então, acho que é importante dizer que os países nórdicos têm uma mortalidade materna em torno de 18, 17 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, que são aquelas mortes que, dado o nosso conhecimento atual, podem quase ser consideradas inevitáveis. Mas se existe esse número – e esse número existe em muitos bairros e provavelmente em bairros aqui de Belo Horizonte e de muitas cidades do Estado, números europeus –, nós vamos ter nos bairros mais pobres, nas periferias, os números que podemos citar, como exemplo, da África, números alcançando mais de 200 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. Então, significa dizer que não basta apenas olhar para o número da média – a média é a meta –, mas a gente precisa ver que média, na verdade, é uma média de números que são verdadeiramente – esses, sim, completamente inaceitáveis.

Acho que é importante comentar que existe um modelo – hoje não é uma aula, mas acho importante comentar. A mortalidade materna se baseia num modelo de explicação dos chamados três atrasos: o atraso da própria mulher, enfim, da família, do seu entorno, e não por culpa ou responsabilidade dessa mulher em buscar o cuidado adequado; o segundo atraso, que é o atraso que tem a ver com o transporte sanitário, com a regulação, com a chamada referência e contrarreferência, que é encontrar a maternidade certa – não é possível imaginar que uma gestante tenha que viajar centenas de quilômetros até encontrar aquela maternidade que é a adequada ao seu risco de parto; e o terceiro atraso, que é um atraso extremamente significativo e importante do ponto de vista de explicar a mortalidade materna e neonatal e que é na chegada, quer dizer, estando ela já numa maternidade: a aplicação, na verdade, de protocolos baseados em evidências científicas para enfrentar a eclâmpsia, para enfrentar a hemorragia pós-parto, para enfrentar a sepsis. Então, essas são as grandes causas dessa mortalidade materna, e, em relação aos neonatos, há a questão da anoxia perinatal e a própria questão da prematuridade.

Então, entender esse modelo dos três atrasos significa que a gente não está lidando com uma questão que é apenas assistencial, que é apenas ligada à atenção médica, à atenção à saúde; a gente está lidando com um problema que tem raízes mais estruturais do ponto de vista também econômico e social. Quando a gente olha para o dado de 2018 de que 65% das mortes maternas no Brasil foram de mulheres negras, evidentemente isso seria diferente se esse número fosse de 20% ou de 15%. Se a gente olha para o número de que mais de 50% das mortes maternas foram de mulheres fora de uma união conjugal, isso quer dizer também que não ter um companheiro, não ter uma companheira, não ter um entorno familiar significam um nível de precariedade extremamente importante.

E é muito significativo – por isso a gente está hoje aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ter a presença do Ministério Público, ter a presença de várias entidades, a presença da Opas, porque nós estamos enfrentando alguma coisa que não quer dizer apenas tomar consciência do problema. Tomar consciência do problema é fundamental, mas é necessário muito mais do que isso. Nós precisamos aplicar muito mais recursos na criação de maternidades, porque temos verdadeiros vazios sanitários, e é muito provável – não conheço a realidade de Minas Gerais em detalhes –, é possível que a gente tenha, em muitas regiões, vazios sanitários em termos de maternidade.

Já foi apresentada, com muita clareza, a importância do pré-natal. O pré-natal tem importância na detecção de patologias que a gestante porventura possua ou para ir acompanhando a evolução do risco. O problema da composição das equipes... Em quantas maternidades Brasil afora a gente vê que as equipes não estão completas? A gente vê equipes sem pediatras, equipes com poucos obstetras, equipes com poucas enfermeiras, sem enfermeiras obstétricas ou obstetrizes. Então tudo isso é muito significativo.

E aí, em função do Dia Mundial da Segurança do Paciente – este ano foi o cuidado materno e neonatal seguro, e o *slogan* é “Aja agora em favor de um parto seguro e respeitoso” – a Sobrasp, que é a entidade dedicada à discussão da segurança do paciente, tomou a iniciativa de criar a Aliança Nacional para o Parto Seguro e Respeitoso. É extraordinário, e isso de fato me traz uma sensação não de dever cumprido mas de um trabalho bem-feito. Nós conseguimos juntar mais de cinquenta entidades em todo o Brasil em torno da aliança. Isso é muito importante, porque tem a ver com a resolução do problema.

Esse problema não vai ser resolvido só pelos governos. Esse é um problema que diz respeito à sociedade, à consciência da sociedade. E é muito bacana – eu fico supercontente com isso –, porque o Legislativo é um desses locais fundamentais para que a gente possa gerar leis, para que a gente possa pensar em aplicação de recursos, em audiências públicas como esta aqui, que já tem esse sentido. A aliança juntou entidades, hospitais privados de excelência, hospitais públicos, o Conass está conosco, muitas sociedades de especialidades médicas, da enfermagem, da farmácia, da hotelaria hospitalar, da engenharia clínica. Cada segmento desse tem uma contribuição a dar, seja o daqueles mais diretamente ligados ao cuidado, caso da enfermagem – são 2,5 milhões de profissionais de saúde em todo o Brasil – enfim, todo mundo tem o seu quinhão para somar qualidade, somar segurança ao cuidado dessa gestante, dessa puérpera, e ao cuidado no pré-natal.

A aliança definiu 10 grandes diretrizes ligadas à redução da prematuridade, ligadas à redução da mortalidade materna, à construção de redes de atenção à saúde, ao empoderamento das mulheres e das famílias, à questão do letramento, porque é preciso informar, é preciso educar, é preciso esclarecer.

E, para terminar, eu queria comentar que, no fundo, o que está em discussão hoje, o que está em discussão na aliança, a proposição da aliança é a clara afirmação de direitos. A mulher, a gestante, a puérpera tem o direito de lembrar, de saber que o seu parto foi uma experiência positiva. Esse é um direito de toda mulher. É um direito de todo bebê nascer de maneira saudável e poder falar do seu nascimento como um momento positivo, como um momento de alegria, como um momento muito positivo. É direito das mulheres, das gestantes e das puérperas serem vacinadas, e os números da vacinação das gestantes e puérperas no Brasil estão muito abaixo daquilo que é devido. Então o que há, no fundo, é esse debate a respeito de um parto realmente seguro e respeitoso.

E por isso, então, hoje não é um dia de celebrar os números, mas é um dia de celebrar a iniciativa da aliança nacional e, hoje, em particular, a belíssima iniciativa – e aqui agradeço na presença do deputado Agostinho Patrus –, essa iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que é o começo, não é o final. Isso é tão somente um ponto de partida para que possamos avançar bastante.

Palavras do Deputado João Vítor Xavier

Bom dia a todos. Bom dia a todas. Cumprimento o meu presidente, amigo, deputado Agostinho Patrus, a minha querida colega deputada Ana Paula Siqueira, presidente da Comissão de Defesa da Mulher, a Sra. Suzanne Serruya, que conosco participou virtualmente, as Dras. Vanessa Campolina e Marcela Damásio, do Ministério Público, o Sr. Victor Grabois, muito obrigado pela presença e pelas palavras. Cumprimento o Dr. Carlos Pimenta, médico, meu companheiro na Comissão de Saúde da Assembleia de Minas, na pessoa de quem cumprimento todos os deputados e todas as deputadas aqui presentes.

Minha assessoria havia preparado um discurso com muitos dados técnicos e científicos, mas quero pedir licença para fazer um depoimento pessoal nesse caso.

Estive recentemente, como presidente da Comissão de Saúde, com as Dras. Vanessa e Marcela, e tive a oportunidade de dizer para elas da minha obrigação moral de abraçar essa causa. Sou casado, tenho dois filhos. O meu primeiro filho nasceu no dia 17/3/2012. Dois dias antes, deputado Carlos Pimenta havíamos ido ao médico para fazer mais um exame pré-natal e a gestação era absolutamente normal, saudável e o nascimento era esperado para 15 dias depois. Minha esposa foi liberada para fazer uma viagem muito curta até Caeté, terra da minha família, onde iríamos celebrar o aniversário de uma sobrinha. Em 24 horas o caso mudou completamente. Ela entrou em trabalho de parto, estando a aproximadamente 60km de Belo Horizonte, numa estrada nada boa, que é a 381, e teve de vir às pressas para Belo Horizonte. Meu filho entrou em sofrimento fetal e, primeiro pela graça de Deus e depois por uma excepcional assistência médica, minha esposa está viva e não guardou sequelas físicas, guardou bastantes sequelas emocionais. O meu filho também é saudável, um menino hoje muito forte, vendendo saúde. É óbvio que, como pai, celebro e agradeço a Deus e aos médicos que deram a ela e ao meu filho o atendimento, mas, como homem público, tenho a obrigação de ter a empatia pelos próximos e de ter a visão clara de que, se a minha esposa fosse uma mulher de Teófilo Otôni, se a minha esposa fosse uma quilombola, se a minha esposa vivesse numa tribo, se a minha esposa vivesse numa vila, como muitas, muitas e muitas mulheres, talvez o destino dela seria outro, talvez o destino do meu filho fosse outro e talvez a minha família não fosse a que tenho hoje. Então, é obrigação minha, como homem público, tendo passado o que passei em casa e sabendo que a diferença entre vida e a morte da minha esposa e do meu filho foi a condição de atendimento à saúde, deputada Celise, tenho a obrigação de abraçar essa causa.

Quero aqui agradecer ao presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, que mostrou enorme sensibilidade a essa questão quando foi apresentado pela Comissão de Saúde o pedido para que a Assembleia participasse disso. Muito obrigado, deputado Agostinho. O senhor mostrou, mais uma vez, a sua grandeza como homem público de abraçar uma causa dessa importância, porque, se me permitem a Dra. Marcela e a Dra. Vanessa, entendo que, como médicas que são, as senhoras veem com muita propriedade a

saúde pública começando na atenção primária, mas, como homem público, temos a obrigação de entender que a saúde pública começa aqui, no orçamento público, dentro da Assembleia Legislativa.

A saúde pública começa quando o presidente Agostinho Patrus, de maneira muito corajosa, autoriza a instalação de uma CPI nesta Casa, uma CPI que terminou com um relatório que cobrava do governo do Estado o repasse dos recursos na casa de R\$8.000.000.000,00 que já estavam atrasados com os municípios do Estado há quase uma década. E poucos dias depois da conclusão da CPI, o governador do Estado veio a público assumir o compromisso de pagar esse atraso e de manter em dia o pagamento aos municípios. A saúde pública começa aqui na Assembleia de Minas quando, na discussão do acordo da Vale, a Assembleia colocou aqui que seja construído o hospital regional do Noroeste de Minas, uma região de enorme extensão territorial e que não tem um hospital sequer de responsabilidade do governo do Estado. Então, a saúde pública é executada com muita competência pelos nossos heróis, pelas nossas heroínas, médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, técnicos de enfermagem, dentistas, fisioterapeutas, profissionais da terapia ocupacional, faxineiros, porteiros, profissionais que se dedicam à saúde pública em todos os postos de saúde, todas as UBSs, policlínicas e hospitais dos nossos 853 municípios, mas lá é executado aquilo por que temos obrigação de zelar aqui nesta Assembleia Legislativa e que o governo tem a obrigação de executar, porque saúde pública não se faz sem dinheiro, saúde pública não se faz sem recurso, e a oportunidade de ter acesso a um serviço público gratuito de qualidade através do SUS é talvez a grande dívida da nossa Constituição de 1988; mas ela não pode ser tão somente uma peça de ficção, tem que ser uma realidade prática no dia a dia porque é o que separa da vida e da morte uma mulher que teve a oportunidade, como a minha, de ter tratamento de saúde privada no momento do parto e tantas e tantas mulheres simples que não têm essa oportunidade no dia a dia por negligência do serviço público do nosso país.

É nossa obrigação como Assembleia Legislativa abraçarmos essa causa, e eu fico muito feliz de ver a Comissão de Saúde junto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da presidente Ana Paula, que faz um belíssimo trabalho com as mulheres desta Casa; é uma mãe dedicada, zelosa que conquistou aqui nesta Assembleia uma vitória para as mulheres, porque as mulheres não tinham direito aqui nesta Casa sequer de serem mães. Uma mulher, uma deputada, quando era mãe, tinha que mentir para poder ser mãe, tinha que entrar com pedido de afastamento por saúde, como se ser mãe fosse uma doença; e ser mãe é uma benção, não é uma doença. Essa foi uma vitória da deputada Ana Paula, das mulheres desta Casa sob a presidência do deputado Agostinho Patrus: reconhecer que as mulheres que estão aqui neste Parlamento têm direito à maternidade; e mudaram o Regimento da Casa e a regra interna da Assembleia para que as mulheres pudessem ser reconhecidas como o que são e para que a gravidez e gestação pudessem ter o respeito que têm; e, se não tinham na Assembleia de Minas até a chegada do presidente Agostinho Patrus, imaginem o que as mulheres passam nos rincões deste estado e deste país.

É nossa obrigação transformar essa realidade, e, com presidente da Comissão de Saúde, eu me coloco ao lado do Ministério Público, que faz um trabalho excepcional, brilhante – e aqui o saúdo e cumprimento – de luta na ponta pelos mais simples, pelos que mais precisam. Eu tive oportunidade de dizer, quando estive no Ministério Público, que, quando a Assembleia e Ministério Público, cumprindo seu dever de fiscalização, de cobrança, trabalham juntos, nós podemos transformar a realidade deste país. Foi assim quando estivemos juntos na luta pelo projeto Mar de Lama Nunca Mais e será assim nessa luta que é abraçada pela Assembleia e que brilhantemente já tem sido conduzida pelas promotorias de defesa da saúde em todos os cantos de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Ana Paula Siqueira

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui o Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, a quem muito me honra estar ladeada, sendo coordenada aqui na Casa pelos trabalhos, homem que demonstra todo o seu compromisso com a política voltada aos direitos das mulheres. Cumprimento ainda o Exmo. Sr. presidente da Comissão de Saúde, amigo e deputado João Vítor Xavier; a Sra. Suzanne Serruya, que participou conosco aqui de forma virtual; também a Sra. Vanessa Campolina Horta, representado aqui o Ministério Público de Minas Gerais; e o Victor Grabojs, representando

aqui a Sobrasp – Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente. Quero cumprimentar também as nossas colegas deputadas e os nossos colegas deputados estaduais que estiveram aqui presentes: a deputada Celise – conosco aqui no Plenário –, a deputada Beatriz, o deputado Carlos Pimenta, o deputado Bartô, o deputado Charles Santos, o deputado Gil Pereira e todos que acompanham aí pelos canais de comunicação da Assembleia e pelas redes sociais o nosso mandato.

Eu também preparei algumas palavras aqui, mas já não sei se dou conta mais de falar. Fiquei bastante impactada com tantos dados trazidos aqui pelos profissionais e estudiosos comprometidos com essa causa. Nós estamos aqui, gente, com cerca de 830 mil mulheres que perdem a vida por ano no mundo – é um número muito alto. Nós também estamos falando aqui que a maioria dessas mulheres são mulheres que têm a cor da pele como a minha – negra ou parda; mulheres que vivem em realidades muito parecidas com a minha, que vêm de uma região de periferia – no meu caso aqui, do extremo Leste da nossa capital –, onde a vida acontece de forma muito precarizada. Nós estamos falando também de cerca de 2.500.000 crianças que morrem. São recém-nascidos. Esse número retrata ou significa quase 47% das crianças que morrem até os 5 anos de idade. Eu quero registrar aqui que eu sou mãe do João, que tem 5 anos de idade; do Antônio, que tem 3 anos; e do Manoel, que tem 3, e 47% das mortes não permitem que essas crianças vivam o tanto que as minhas já viveram. Portanto, estamos falando de uma coisa muito séria. São mortes evitáveis, como as técnicas aqui bem colocaram. Então o que falta aqui para a gente é garantir o direito dessas mulheres, o direito dessas crianças, o direito a políticas públicas que, de fato, possam permitir que tenham uma vida digna. A gente está falando de casos que são causas muito comuns dessas mortes: hipertensão, hemorragias, infecções, complicações nos partos, abortos inseguros. A gente está falando de muita coisa que é relatada por aí, mas que de repente a gente não consegue contabilizar.

E aí eu quero destacar, presidente e deputado João Vítor Xavier, a importância de a Assembleia assinar um termo como esse para convocar não só a nós, deputados e deputadas, mas a toda a sociedade mineira em torno dessa temática; convocar todos os profissionais das áreas da saúde, da assistência social, da educação, os que cuidam do transporte, porque nós também estamos falando de políticas transversais. Para que uma gestante possa chegar a sua maternidade, muitas vezes ela enfrenta a dificuldade no transporte público. E isso, às vezes, impede que ela consiga fazer um tratamento, o pré-natal e garantir assistência devida à sua criança.

Enquanto cidadã, mãe, mulher, negra da periferia da nossa cidade, que tem o compromisso de luta e busca da promoção da justiça social, fui da Pastoral da Criança aqui em Belo Horizonte, então conheço com profundidade os desafios que a gente tem na garantia da primeira infância das nossas crianças. Enquanto educadora que sou, assistente social, luto pela garantia dos direitos e pela ampliação dos direitos da nossa população, pelo direito e acesso às políticas públicas; enquanto deputada, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, membro da Comissão em Defesa das Pessoas com Deficiência, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa das Crianças e dos Adolescentes, eu tenho o compromisso com essa causa. Tive oportunidade de, ao longo deste mandato, empenhar recurso de emenda parlamentar para a primeira maternidade aqui, de Belo Horizonte – Maternidade Odete Valadares –, demonstrando aí o nosso compromisso com a saúde da mulher. Tenho projetos de lei que abordam essa temática aqui, na Casa.

Quero dizer do meu compromisso aqui, na Assembleia, de atuar em prol dos direitos da mulher nas várias frentes, mas especialmente no direito à saúde, no direito a um pré-parto, a um parto, a um pós-parto adequado. O deputado João Vítor Xavier disse aqui da nossa luta e da grande alegria que tenho de ter conseguido, através da chegada do Manoel, de alterar a Constituição do Estado, dando a nós, mulheres, mais dignidade, inclusive, na política, não é? Dizem por aí que a política é um espaço de todos e de todas, mas, quando nós, mulheres, deparamos com uma situação da ausência da licença-maternidade e do direito à licença-maternidade, perguntamos se é de todas e de todas mesmo, não é? Porque nós estamos falando aqui que a licença-maternidade é o direito e o momento que a mulher tem de nutrir uma nova vida e de se recuperar de um processo que é muito bonito, mas que é altamente desgastante para todas nós.

Tenho o compromisso de apoiar as proposições de lei, de discutir e de deixá-las em condições de serem aprovadas aqui, neste Plenário, para se transformarem leis em nosso estado e serem cumpridas, após a aprovação e fiscalização, porque não adianta

também só aprovar; a gente precisa fiscalizar para que a política pública aconteça; a gente precisa priorizar os recursos para a área da saúde, não apenas para a aquisição dos equipamentos; e há as emendas parlamentares para que nós, parlamentares, possamos ir lá, fazer as fotos, registrar o nosso trabalho, mas também para garantir que o atendimento possa ser realmente garantido a todos e a todas nos mais longes rincões de Minas Gerais – e são muitos. Fortalecimento do SUS. Foi bem dito aqui sobre a importância do PSF. Eu queria destacar que essa é uma política extremamente importante para a nossa sociedade. Fazer os debates através das audiências públicas agora, das *lives*. A pandemia nos atualizou nesse sentido; então, esse é um recurso também que a gente precisa usar, e na articulação das políticas públicas, como eu disse aqui: saúde, educação, transporte, assistência. São políticas que estão correlatas, e não podemos abrir mão de debater.

Eu quero, então, aqui parabenizar todos e todas as envolvidas e os envolvidos nessa ação: Aliança Nacional, Sociedade Brasileira pela Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente, Organização Pan-Americana de Saúde, Organização Mundial, Ministério Público, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa do nosso presidente da Comissão de Saúde, e a Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher.

Como a doutora bem disse aqui, nós estamos falando de esperança num contexto em que a gente tem muitas sementes de desesperança sendo plantadas, semeadas e cultivadas; e a gente quer realmente que haja um futuro melhor para todos. Eu também não posso deixar, deputado João Vítor, de relatar aqui um pouquinho da minha história. Eu tive três gestações e, em duas, tive crises muito agudas de pré-eclâmpsia; algo que pensei que jamais iria viver porque tenho uma assistência muito diferente da maioria das mulheres da nossa sociedade. Mas fui pega de surpresa e, por muito pouco, talvez eu não estivesse aqui contando uma outra história. Então, gente, falava com as doutoras ali no começo: sinto-me privilegiada de poder estar aqui, compartilhando com vocês e assinando conjuntamente com a Assembleia esse compromisso em favor da vida, em prol das nossas mulheres e das nossas crianças, mas o que eu desejo, de verdade, é que o privilégio que eu senti, ao viver uma situação tão crítica das mães no momento de nascimento das suas crianças, uma angústia terrível, um medo de não ver as crianças crescerem, seja direito. E é por isso que estou aqui! Muito obrigada.

Assinatura de Carta de Compromisso

O locutor – Neste momento, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, assinará a Carta de Compromisso Nacional pela Garantia do Parto Seguro e Respeitoso e pela Redução da Mortalidade Maternal e Neonatal.

– Procede-se à assinatura da carta.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. João Vítor Xavier, competente e dedicado deputado, parlamentar que preside a Comissão de Saúde, a quem parabenizo também por trazer este tema tão importante a esta Casa. Quero saudar a deputada, que, já nos seus primeiros passos nesta Casa, demonstra a sua capacidade, a sua vontade, tem o respeito dos seus pares por isso, e já preside, no seu primeiro mandato, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputada Ana Paula Siqueira. Quero saudar também a diretora do Centro Latino-Americano, Suzanne Serruya, representando a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde, que participou conosco pelos Zoom. Quero saudar também a promotora de justiça, coordenadora regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Centro, Vanessa Campolina Rebello Horta, que aqui representa o Ministério Público. Eu a cumprimento e a todo Ministério Público pelo brilhante trabalho que realizam. Cumprimento também a assessora do Centro Operacional de Saúde das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, Dra. Marcela Damásio Ribeiro de Castro, que também nos brindou aqui com importantes informações. Quero saudar o presidente da Sobrasp, Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente, Victor Grabois. Também o cumprimento por esse trabalho que rende frutos importantes à sociedade mineira e brasileira. Cumprimento o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde – Cosems –, Eduardo Luiz da Silva, que tem um trabalho importante de levar adiante também essas discussões do dia de hoje aos secretários Municipais de Saúde, que muitas vezes lutam sem armas, sem condições financeiras, mas levam adiante

a missão de atender, de socorrer, de prestar assistência médica a todos aqueles das suas diversas regiões do Estado. Quero saudar a deputada Beatriz Cerqueira, a deputada Celise Laviola, o deputado Betinho Pinto Coelho, o deputado Carlos Pimenta, que fez, no primeiro biênio desta legislatura, importante trabalho como presidente da Comissão de Saúde desta Casa. Cumprimento o deputado Charles Santos, o deputado Gil Pereira e também o deputado Professor Irineu.

Eu quero dizer que esse tema me é muito caro, não só por ser filho de mãe e pai médicos – minha mãe, dermatologista; meu pai, oftalmologista –, mas também porque tive na família a oportunidade de conviver com meu tio João Yunes, casado com a minha tia, irmã da minha mãe, que foi representante da Opas e da OMS em Cuba e também coordenador do Programa de Saúde Materno-Infantil e da Família, da Opas, em Washington, na década de 1990. Portanto, tive a oportunidade de conviver com esse tema já na infância, na adolescência e sempre me sensibilizou muito.

O que, sem dúvida, nos traz aqui é trabalharmos unidos para que as mortes evitáveis, que foram aqui demonstradas, possam deixar de acontecer, afinal de contas, mortes evitáveis deixam de ser simplesmente uma questão de saúde e passam também a ser uma questão de direitos humanos, do direito da mulher, do direito do filho ou da filha que ali nasce. Por isso mesmo, a Assembleia de Minas assina aqui este compromisso não só com a presidência da Comissão de Saúde, mas também com a presidência da Comissão de Direitos das Mulheres. Nós temos certeza de que a Comissão de Direitos Humanos também deve ter uma atuação importante neste tema. Ao vermos aqui os números apresentados, vem à minha cabeça, mais do que números tristes e infelizmente crescentes durante a pandemia, a imagem das pessoas, da filha, da esposa, da mãe, da amiga, da sobrinha, daquela que está próxima de cada um e de cada uma de nós.

Este ato hoje desta assinatura não termina simplesmente nessa foto. Muito pelo contrário, ele começa aqui. A Assembleia de Minas vai se dedicar, tenha certeza, Dr. Víctor, Ministério Público estadual, a tratar deste tema, a trazer aqui os responsáveis pelo atendimento público do governo do Estado para que nos apresentem não só os casos que hoje acontecem, mas também para exigir que sejam preparadas ações efetivas para que esses números mudem no nosso estado. A Assembleia vai cobrar, vai legislar, vai atuar em todas as suas possibilidades para que nós não vejamos mais no nosso estado mortes evitáveis de mulheres, de mães e de recém-nascidos, com números que nos deixam tristes. E os números mineiros estão muito distantes também dos números de mortalidade infantil desejáveis não só para um Estado central, um Estado com a importância de Minas Gerais, mas, acima de tudo, para um povo com a sensibilidade que têm os mineiros.

Portanto, é indispensável aqui a construção de um sistema fidedigno de informações, o monitoramento, a avaliação, as ferramentas, que só fazem sentido se proporcionarem a mudança do que está dando errado e o aperfeiçoamento do que está dando certo. E isso a Assembleia, através da Comissão de Saúde, vai analisar. O pai da gestão moderna, Peter Drucker, disse que o que pode ser medido pode ser melhorado. Esse é o nosso desejo. Se as medidas aqui estão, se os números nos deixam entristecidos, nós temos um caminho longo pela frente para melhorarmos.

Eu quero aqui anunciar, neste evento, que vamos implementar na Casa o Fiscaliza Mais. A Assembleia de Minas, desde o início desta legislatura, tem trazido, de duas a três vezes por ano, todos os gestores públicos do Estado ligados à administração estadual para que nos informem e também para que sejam cobrados de suas ações. E, com o Fiscaliza Mais, que será tema de reunião hoje desta presidência com os presidentes das diversas comissões, nós vamos instituir marcadores, índices para que as diversas áreas do Estado sejam monitoradas. Sem dúvida, a mortalidade infantil será uma delas. Sem dúvida, esse evento reforça essa necessidade de que a Assembleia, que tem um papel importante na legislação, tenha também, cada vez mais, um papel importante na fiscalização, na cobrança aos gestores públicos das suas ações, dos recursos que foram alocados no orçamento, como disse muito bem aqui o deputado João Vítor Xavier, e que foram contingenciados por anos e anos e anos, deixando inclusive de se cumprir o mínimo constitucional da área da saúde; e agora, por cobrança desta Casa, pela CPI aqui instalada, esses números foram tornados públicos, e o governo do

Estado começa a regularizar não só essa questão dos repasses atrasados, mas também da execução fidedigna do orçamento e dos mínimos constitucionais pela saúde.

Eu tenho certeza de que, ao expandirmos essa atuação às diversas áreas do Estado, nós vamos melhorar indicadores como esse que tratamos aqui e que são fundamentais para a população mineira. Nós não podemos deixar que algo natural como a reprodução humana seja, para as mulheres mais carentes, para as mulheres negras, para as mulheres em situação de vulnerabilidade, um risco além daquilo que é aceitável nos países mais desenvolvidos do mundo. É isso, e vai ser esse o nosso objetivo.

Para finalizar, quero citar aqui, e faço questão de fazê-lo, uma importante escritora brasileira para mostrar um pouco dessa característica dessas mulheres que mais perdem a vida infelizmente, ou seja, as mais carentes, como disse a deputada Ana Paula, as negras e pardas, aquelas que infelizmente ainda estão a uma distância grande do atendimento médico aceitável para um ser humano. Quero citar, portanto, a filósofa, escritora Djamila Ribeiro, que alerta sobre sua luta diária para ser reconhecida como sujeito, impor sua existência numa sociedade que insiste em negá-la. Djamila adverte: “Como mulher e negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa”.

A Assembleia de Minas atua com profundo respeito para que as mulheres, tais como a Djamila, que almejam um tempo em que haja o direito à saúde e à vida de todas as mulheres e de seus filhos, tenham esse direito integralmente garantido pelo Estado. O compromisso que hoje assinamos, como disse aqui, sem dúvida, permitirá que este dia chegue o mais rápido possível. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 14/10/2021

Presidência do Deputado Bernardo Mucida

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

André Quintão – Bernardo Mucida – Carlos Pimenta – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegado Heli Grilo – Duarte Bechir – Inácio Franco – João Leite – João Vítor Xavier – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Tito Torres – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Bernardo Mucida) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 18, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2021

Às 10h15min, comparece à reunião o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e

votar proposições da comissão e, em audiência pública, conhecer os projetos de trens turísticos que constam no Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Fundação Dom Cabral. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, e os Srs. Sandro Lisboa Martins, prefeito de São Sebastião do Rio Verde, e Leonardo Rodrigues Tavares, membro do conselho de infraestrutura da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais – Fiemg. Em seguida, o presidente registra a presença, de forma virtual, das Sras. Cyntia Nascimento Leite, presidente da ONG Amigos do Trem de Juiz de Fora, Virginia Campos de Oliveira, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, e Andyara Machado, secretária de Turismo da Prefeitura Municipal de Caparaó; e dos Srs. Manoel Pereira de Mello Filho, engenheiro mecânico da Secretaria Municipal de Turismo de Poços de Caldas, Jershon Ayres de Moraes, secretário do Circuito Turístico Serras de Minas, Sérgio Vitarelli, vice-presidente do Circuito Turístico Serras de Minas, Juliano Cornélio, secretário de Desenvolvimento Econômico de Varginha, representando o Sr. Vêrdi Lúcio Melo, prefeito, Bruno Crivelari Sanches, presidente da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF de Cruzeiro (SP), Antônio Augusto Moreira de Faria, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e diretor da Minas Trilhos, Leandro Amaral Costa, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Newton José de Carvalho, secretário de Governo e de Turismo da Prefeitura de Jacutinga, Waldimir Teles Filho, assessor Técnico do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG –, representando o Sr. Lúcio Fernando Borges, presidente, Leonardo Peixoto, diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros, Humberto Henriques Valverde Filho, chefe de gabinete da Prefeitura de Cataguases, representando o Sr. José Inácio Peixoto Parreiras Henriques, prefeito, e Sérgio Antônio Carvalho de Azevedo, prefeito de Poços de Caldas. Na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, o presidente passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registram-se as presenças dos deputados Celinho Sintrocel e Raul Belém (substituindo o deputado Gustavo Mitre, por indicação da liderança do BDLHC). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.389/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Santa Vitória para debater a implantação de trecho ferroviário já contemplado no Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais, entre Uberlândia e Chaveslândia, distrito de Santa Vitória;

nº 10.507/2021, dos deputados João Leite, Celinho Sintrocel, Raul Belém e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado pedido de providências à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Ministério de Infraestrutura para que seja determinada como obrigação das concessionárias do transporte ferroviário que atravessam Minas Gerais a recuperação da infraestrutura e da superestrutura ferroviária de todos os trechos de trens turísticos abrangidos pelo Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais;

nº 10.508/2021, dos deputados João Leite, Celinho Sintrocel, Raul Belém e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Ferrovia Centro-Atlântica, em Belo Horizonte, e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, pedido de providências para que seja concedido direito de passagem, com as necessárias adaptações e investimentos, entre a Estação Bauxita e o Município de Águas da Prata, em São Paulo, para viabilizar a implantação de trem turístico entre Poços de Caldas e o citado município, e seja encaminhado aos referidos órgãos as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade conhecer os projetos de trens turísticos que constam no Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Fundação Dom Cabral;

nº 10.509/2021, dos deputados João Leite, Celinho Sintrocel, Raul Belém e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam realizados

estudos visando à implantação de trem turístico entre Cajuri e Cataguases, de forma a resgatar a importância histórica dos municípios da Zona da Mata Mineira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2021.

João Leite, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/10/2021

Às 9h42min, comparecem à reunião a deputada Leninha e o deputado André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Lei nº 22.806, de 2017) e as violações do direito humano a alimentação adequada durante a pandemia de covid-19. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Diana Nascimento Rodrigues, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comusan – de Belo Horizonte; Renata Siviero Martins, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG; Renata Santos Pereira Machado, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro – Consea/RJ; e os Srs. Henrique Oliveira Carvalho, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Marcos Vinícius de Andrade Gomes, assessor de Assuntos Estratégicos da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes – MG; Renato Carvalheira do Nascimento, pesquisador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional; Edilson de Rezende Costa, coordenador do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – Triângulo Norte e Sacerdote de Matrizes Africanas; Padre João, deputado federal, e Patrus Ananias, deputado federal. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, coautor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2021.

Andréia de Jesus, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 18 de outubro de 2021, destinada a homenagear o general de Exército Rômulo Bini Pereira, *in memoriam*, pelos relevantes serviços prestados ao Brasil, ao Estado de Minas Gerais e aos mineiros.

Palácio da Inconfidência, 15 de outubro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos decorrentes do processo de municipalização do ensino e do projeto Mãos Dadas, de autoria do governo do Estado, no Município de Ribeirão das Neves.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI da Cemig

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir o Sr. Cledorvino Belini, ex-diretor-presidente da Cemig, na condição de testemunha, para esclarecer fatos investigados pela comissão.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2021.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a falta de acesso à água em comunidades quilombolas do Médio Jequitinhonha.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2021.

Andréia de Jesus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/10/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater o processo de caracterização da região de Diamantina como produtora de queijo minas artesanal.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Cleiton, Fernando Pacheco, Arnaldo Silva e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater a importância do turismo religioso na cidade de Cássia, tendo em vista a inauguração, em 2022, do maior santuário dedicado à Santa Rita de Cássia, com capacidade para receber mais de 5 mil fiéis.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 13/10/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Victor Aécio Assunção Salomon, ocorrido em 7/10/2021, em Lagoa Santa. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 14/10/2021, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Márcio Cândido Alves, secretário adjunto de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando a liberação de recursos financeiros relativos ao Convênio Mapa nº 896943/2019, celebrado entre a União, por meio desse ministério, e o Município de Gouveia. (– À Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Genilson Socorro Gomes de Oliveira, presidente do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – Recivil –, encaminhando sugestão de emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 72/2021. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Dos Srs. Paulo Henrique Chiste da Silva e Thiago Bazolli de Moraes, vereadores da Câmara Municipal de Ouro Fino, manifestando-se contrários à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2020. (– Anexe-se à referida proposta.)

Dos Srs. Paulo Henrique Chiste da Silva e Thiago Bazolli de Moraes, vereadores da Câmara Municipal de Ouro Fino, manifestando seu repúdio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, transformada na Emenda à Constituição nº 104, de 14/9/2020. (– Anexe-se à referida proposta.)

Dos Srs. Alexandre Magno Martoni Debique Campos e Silvano Gomes Pinheiro, presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Itaúna, encaminhando moção de apelo aprovada por essa casa legislativa para que seja mantido o veto total do governador do Estado à Proposição de Lei nº 24.909. (– Anexe-se ao Veto nº 28/2021.)

Da Sra. Sandra Guimarães Cardoso, promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.813/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Lilianny Mara Silva Carvalho, secretária municipal de Saúde de Diamantina, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.684/2021, do deputado Fernando Pacheco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.737/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.738/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.100/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.071/2021, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.120/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.895/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.111/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fabio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.986/2021, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.990/2021, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.030/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.227/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.062/2021, do deputado Bartô. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.070/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.153/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.154/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.156/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.156/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.658/2021, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.038/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.047/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Cristiane Schwanka, diretora-presidente em exercício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.814/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thiago Bernardo Borges, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.650/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.650/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.963/2021, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.091/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.661/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Hely Andrade Alves, prefeito municipal de Carrancas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.649/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.205/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares de Brasilândia de Minas por participarem de ação que resultou na rendição de um suspeito que guardava, ilegalmente, uma arma de fogo em sua residência. (Requerimento nº 9.227/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares de Brasilândia pela atuação em operação, realizada na Rua Milton Magri de Menezes, Bairro Centro, em Brasilândia de Minas, que resultou na apreensão de armas de fogo e na realização de identificação e prisão de pessoas suspeitas de praticar delitos. (Requerimento nº 9.228/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares e civis pela operação realizada em 4/9/2021, em Jaíba, que resultou no rastreamento e na prisão de suspeito de homicídio (Requerimento nº 9.229/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que participaram da prisão de um dos mais influentes empresários de Poços de Caldas, acusado de ter estuprado a própria filha desde os 8 até os 25 anos de idade. (Requerimento nº 9.230/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os bombeiros militares pela ação de apoio a uma parturiente, na madrugada de 6/9/2021, no Município de Araxá, que resultou no nascimento de uma criança. (Requerimento nº 9.254/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Sd. PM Sarah pela vibração ao prestar o anúncio ao seu comandante da jornada militar do curso de formação de soldado, o que reflete o amor dos militares que saem de casa e deixam sua família para cuidar da sociedade e o amor pelo fardamento, orgulhando os militares apaixonados pela Polícia Militar de Minas Gerais (Requerimento nº 9.297/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares do Destacamento de Setubinha, que, em 22/9/2021, atuaram na operação que resultou na prisão de três indivíduos pelo crime de homicídio qualificado e na apreensão, na casa de um dos suspeitos, de duas porções de substância esverdeada análoga a maconha, quatro pinos contendo uma substância análoga a cocaína e uma balança de precisão (Requerimento nº 9.326/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que participaram da operação Araceli, realizada em 18/5/2021 para marcar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado, que resultou na prisão de quatorze suspeitos em Belo Horizonte, Itaúna e São Gonçalo do Pará (Requerimento nº 9.346/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares do 3º Pelotão de Padre Paraíso que participaram da ação realizada em 20/9/2021, que resultou na prisão de um idoso de 68 anos, conhecido como “Vovô do Tráfico”, e na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, celulares, talão de cheques, pedras semipreciosas e materiais relacionados ao tráfico de drogas (Requerimento nº 9.351/2021, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os membros da Associação dos Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro – Aoreb –, sediada em Belo Horizonte, da Associação de Oficiais da Reserva do Exército de Itajubá e da Associação de Oficiais da Reserva do Exército de Uberlândia, pelo Dia do Oficial da Reserva R/2, a ser comemorado em 4 de novembro, em reverência ao dia do nascimento do Ten.-Cel Luiz de Araújo Correia Lima, idealizador dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva no País, pelo cumprimento magistral de suas missões e pela atuação como multiplicadores dos valores castrenses e agentes na construção de uma sociedade melhor (Requerimento nº 9.352/2021, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com os policiais civis que atuaram na operação, em 20/9/2021, em Santos Dumont, que resultou na prisão de um homem que enganava mulheres ao vender e instalar um equipamento chamado TVbox, com o intuito de implantar câmeras escondidas para ver as vítimas em sua intimidade. (Requerimento nº 9.384/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de apoio ao Projeto de Lei nº 2.564/2020, em tramitação no Congresso Nacional, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira (Requerimento nº 9.390/2021, da Comissão de Administração Pública);

de repúdio ao governador Romeu Zema pela fala infeliz e machista em entrevista concedida em 27/9/2021, na qual compara a atitude do presidente do Partido Novo a “uma mulher que separa e passa a ser a obsessão da vida dela destruir, atacar o ex-cônjuge” (Requerimento nº 9.393/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pelos 40 anos da presença feminina nos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais e pelos 20 anos de implantação do projeto Patrulha Rural (Requerimento nº 9.404/2021, da Comissão de Segurança Pública).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 5.575/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ pedido de providências para verificar a legalidade dos pagamentos efetuados aos magistrados do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais que, em sua maioria, em janeiro de 2020, receberam rendimentos líquidos muito acima do teto constitucional previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Conforme consulta ao Portal Transparência do referido órgão, verificou-se que em janeiro de 2020:

o Juiz de Direito André de Mourão Motta recebeu R\$136.772,04;

o Juiz Civil Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, R\$143.799,22;

o Juiz Civil Fernando José Armando Ribeiro, R\$100.400,85;

o Juiz Civil Jadir Silva, R\$294.744,41;

o Juiz Militar James Ferreira Santos, a quantia de R\$163.039,78;

o Juiz de Direito João Libério da Cunha, R\$84.304,49;

o Juiz Militar Osmar Duarte Marcelino, R\$148.758,26;

o Juiz de Direito Paulo Tadeu Rodrigues Rosa, R\$94.454,39;

o Juiz Militar Rúbio Paulino Coelho, R\$110.729,94;

e o Juiz Militar Sócrates Edgard dos Anjos, recebeu R\$119.295,02.

Assim, diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, 6 de maio de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.437/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/6/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para se empenhar, no âmbito do Poder Judiciário, especialmente junto aos magistrados e magistradas do tribunal atuantes nas varas de execução penal, a fim de que a utilização da tornozeleira eletrônica e essa modalidade de cumprimento de pena não sejam banalizadas nem aplicadas a condenados por delitos graves, como roubo, tráfico ilícito de entorpecentes, estupro, sequestro, entre outros, conforme ofício do presidente da comissão entregue ao presidente do TJMG em 22/6/2021.

Por oportuno, informa que a 12ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 9.245/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja decretada a isenção de ICMS sobre o valor da bandeira de escassez hídrica para os consumidores beneficiados com tarifa social de energia elétrica.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a crise hídrica nacional, anunciada pelos órgãos e instituições competentes, e suas repercussões em Minas Gerais, particularmente no Vale do Aço, no Vale do Rio Doce e no Norte de Minas, bem como debater medidas para sua prevenção e enfrentamento

Sala das Reuniões, 17 de setembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

REQUERIMENTO Nº 9.294/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que promova de forma imediata o restabelecimento do abastecimento de água em Belo Horizonte e nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre os quais Ribeirão das Neves, Esmeraldas, Sabará, Santa Luzia, Raposos, Nova Lima, Betim, Contagem, Igarapé, Juatuba, Sarzedo, Vespasiano e Mateus Leme.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

Justificação: Tivemos diversas denúncias de falta de água nos bairros dos municípios da região metropolitana, em alguns casos a situação atravessou dias. Moradores de Ribeirão das Neves, Esmeraldas, Sabará, Santa Luzia, Raposos, Nova Lima, Betim, Contagem, Igarapé, Juatuba, Sarzedo, Vespasiano e Mateus Leme, vêm sofrendo com a falta de abastecimento de água e alguns bairros destes municípios. A população já vem sendo penalizada com a temperatura alta e a falta de humidade do ar, a Copasa deve respeitar os direitos de seus consumidores e prestar um serviço adequado e de qualidade, e deve assumir se houver alguma situação de racionamento. Desta forma, peço apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9.296/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – pedido de providências para a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – para bares e restaurantes do Estado enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19.

Sala das Reuniões, 20 de setembro de 2021.

Leonídio Bouças (MDB)

Justificação: A pandemia de Covid-19 praticamente inviabilizou o segmento de bares e restaurantes em Minas Gerais e em todo o País. Sabemos que já há estados que promoveram a redução da alíquota de ICMS para esse setor. Em Minas Gerais, essa medida é muito necessária para impulsionar a economia dos municípios.

É de conhecimento público que muitos empreendedores mineiros estão negativados, sem perspectivas de retomada de suas atividades se não houver acolhimento por parte do poder público. A pandemia desestruturou por completo o comércio, notadamente aquele ligado ao setor de bares e restaurantes, razão pela qual medidas são necessárias para minimizar os impactos sofridos pela nossa economia. Entre essas medidas, por óbvio, poderia ser adotada a redução das alíquotas de ICMS sobre certas atividades, como a de bares e restaurantes.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9.366/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que os pagamentos das férias-prêmio convertidas em espécie seja calculado com correção monetária, no mínimo conforme a variação inflacionária calculada entre o período da publicação das férias-prêmio e o seu efetivo pagamento.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

Justificação: Após anos sem pagar as férias-prêmio dos servidores, o Governo de Minas Gerais anunciou o pagamento dos valores. Nessa semana, cerca de 12 mil servidores serão contemplados, abarcando aqueles que aposentaram até 2016. Contudo, o Governo está realizando o pagamento sem qualquer correção monetária. Isso configura verdadeira lesão aos direitos dos servidores, uma vez que os valores previstos para 2016, por exemplo, foram brutalmente desvalorizados, considerando ainda o momento de altíssima inflação que vivemos atualmente. O Estado, portanto, novamente subtrai recursos que são dos servidores públicos, ao não promover o reajuste inflacionário dos valores no pagamento das férias-prêmio.

REQUERIMENTO Nº 9.367/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para regulamentar, com urgência, a Lei Complementar nº 165, de 17/9/2021, que estabelece regras gerais para a concessão de licença paternidade aos servidores públicos e aos militares do Estado.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 9.368/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para solucionar, de imediato, a situação de desvio de função dos ocupantes do cargo de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas que ainda se encontram lotados na Secretária de Desenvolvimento Econômico – Sede –, salientando-se que o cargo não está previsto na estrutura da secretaria, mas na Fundação João Pinheiro, conforme a Lei nº 23.178, de 2018, sendo o tema objeto de manifestação da Ouvidoria de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas que, consoante relatórios de teletrabalho anexados ao Processo SEI nº 1100.01.0001582/2020-70, concluiu “que os manifestantes se encontram em comprovado desvio de função na Sede” “notadamente porque a FJP consiste no único setor da administração pública em que se encontram as atribuições inerentes ao cargo de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas conforme documento anexado ao aludido Processo SEI pela própria FJP”.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 9.369/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte pedido de informações sobre os cortes no orçamento de pessoal via processos demissionais anunciados pela Diretoria Executiva da empresa.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 9.378/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências com vistas à participação, de representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais e da Ordem dos Advogados do Brasil, nos trabalhos inerentes aos procedimentos administrativos disciplinares instaurados em decorrência de óbitos ocorridos na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, por suicídio, em 2021, com o objetivo de apurar possíveis causas ou responsabilidades de servidores lotados nessa unidade.

Sala das Reuniões, 30 de setembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 9.381/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências

para que se promovam operações conjuntas de inteligência e repressão qualificada ao crime na cidade de Ilicínea, uma vez que muitas são as solicitações dos moradores, tendo em vista o crescimento do número de furtos e roubos, principalmente na zona rural do município.

Sala das Reuniões, 1º de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 9.383/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Coronel Sandro aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja aberto, ao final do concurso público em andamento, um edital interno de remoção dos agentes de segurança penitenciário e policiais penais que já integrem o quadro de pessoal da referida secretaria, para possibilitar o atendimento dos anseios de foro íntimo dos servidores demandantes.

Sala das Reuniões, 1º de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 9.391/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/9/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a implantação de uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher no Município de Porteirinha para combater o aumento da escalada de violência contra a mulher na região.

Sala das Reuniões, 29 de setembro de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

Justificação: As lideranças da região de Porteirinha no Norte de Minas, abaixo assinados, em anexo, reivindicam a implantação naquele município de uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher para combater o aumento da escalada de violência contra a mulher. Como membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, luto e denuncio diariamente esse crime que aumentou consideravelmente nos últimos anos, inclusive durante a pandemia da Covid-19, sendo objeto de projetos de lei aprovados na ALMG. Ao mesmo tempo reconheço o esforço da PCMG em combater esse crime e já indiquei emendas ao Orçamento Impositivo para aquisição de viaturas para as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher de Montes Claros e Januária. Informo ainda que além de Porteirinha, essa Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher poderá atender as demandas dos municípios de Pai Pedro, Serranópolis de Minas, Riacho dos Machados e Mato Verde.

REQUERIMENTO Nº 9.401/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB-MG – e à

Controladoria-Geral do Estado – CGE – pedido de providências para que seja apurada eventual responsabilidade solidária dos advogados públicos pareceristas, responsáveis pelo Parecer nº 16306/AGE e precedentes, e administradores, diante de possível culpa ou erro grosseiro, acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os desvios dos repasses da contribuição patronal, de responsabilidade do Estado, ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Salienta-se que não há dúvidas de que o advogado público não tem imunidade absoluta na elaboração de seus pareceres jurídicos. Ao contrário, o advogado público não pode sustentar qualquer opinião, há limites para a sua liberdade profissional, como a consulta à jurisprudência atualizada.

REQUERIMENTO Nº 9.402/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para que seja revisto, com urgência, o entendimento exarado no Parecer nº 16306/AGE e precedentes, bem como no Ofício nº 293/2020, subscrito pelo secretário-geral do Estado de Minas Gerais, Mateus Simões, uma vez que se fundamenta no art. 24-C do Decreto Lei nº 667/1969, com a redação da Lei nº 13.954/2019, cuja aplicabilidade aos Estados foi afastada pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, na Ação Cível Originária nº 3.396, na qual o tribunal, por unanimidade, reconheceu que cabe à lei estadual regulamentar as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, da Constituição da República, dentre as quais as relativas ao regime de aposentadoria dos militares estaduais e a questões pertinentes ao regime jurídico aplicável a essa categoria, razão pela qual a Lei Federal nº 13.954, de 2019, mostra-se incompatível com o texto constitucional, devendo-se cumprir o inciso II do art. 4º da Lei nº 10.366, de 1990, com o imediato repasse da contribuição patronal ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 9.403/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que as instituições promovam operações conjuntas de inteligência e repressão qualificada ao crime na cidade de Uberlândia, onde a população se encontra amedrontada pela presença da facção criminosa PCC, em especial no Bairro Lagoinha.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Cediço que a atuação conjunta das forças de segurança pública do Estado, no caso a PCMG e PMMG, em muito contribui para a redução do índice e combate à criminalidade.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/10/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Danilo Geraldo dos Santos, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Venina Angelica Fonseca Campos, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Danilo Geraldo dos Santos, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus.

TERMO DE CONTRATO Nº 88/2021

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/10/2021, na pág. 11, onde se lê:

“Juliana da Silva Côrrea Angelim”, leia-se:

“Juliana da Silva Corrêa Angelin”.